

Coleções de “Cultura Popular” e Representações Informativas: a construção da identidade nacional brasileira por via da memória social

Desenvolvimento de pesquisa em curso

GT06 – Imaginários Sociais, memórias e pós-colonidade
Daniel Maurício Viana de Souza

Resumo:

Analisa como a informação presente na operacionalização de coleções oriundas do âmbito da “cultura popular” incide no delineamento de critérios da nacionalidade – enfatizando o caso brasileiro. Aborda aspectos referentes aos arranjos de elementos da vida social com intuito de instituir consensos acerca de fenômenos que proporcionem a uma coletividade a possibilidade de reconhecimento e ao mesmo tempo, compartilhamento de referenciais, materiais e simbólicos, ligados tanto ao passado como ao presente.

Palavras-chave: “cultura popular”; memória social; identidade.

1. Introdução

Os artefatos componentes das coleções advindas do contexto da denominada, “cultura popular” constituem-se um dos elementos integrantes da construção de representações voltadas para os contornos identitários que compõem a ideia de nação. Tais coleções viriam cumprindo este papel considerando sua vinculação com espaços público-institucionais, representando e difundindo suas premissas e interesses políticos e ideológicos. No caso brasileiro, os museus que aqui se estabeleceram desde o início do século XIX, são considerados uma das instituições essenciais na produção de informações de cunho científico que balizam discursos construindo significados voltados à elaboração da ideia de nação por via da memória social.

Propõe-se com este artigo, analisar como os processos de representações informativas operados a partir de coleções de “cultura popular” presentes nos museus, vem contribuindo num projeto de produção de memória social capaz de dar suporte à promoção da identidade nacional brasileira. Aponta-se ainda, para a intrínseca inserção dos processos de construção de narrativas culturais operados por tais instituições museológicas a partir dos objetos componentes de suas coleções – abrangidos aqui tanto em sua dimensão concreta como simbólica – em contextos de interesses sociais e políticos.

Esta opção de análise se respalda na importância que detém refletir acerca dos processos de construção da memória social, na qual a existência de espaços múltiplos e diferenciados de produção de informação poderia constituir campo fértil no que se refere às práticas de elucidação ou encobrimento de disputas de interesse e poder. Nesta perspectiva, as valorações atribuídas às coleções de “cultura popular”, através de suas representações, incorreriam dentre outras consequências, no obscurecimento ou mesmo na anulação das complexidades, ambivalências e inserções em níveis diversificados de interesses inerentes a ideia de “nação”.

2. Acerca da noção de “cultura popular”

A invenção de tradiçõesⁱ e as práticas relativas à sua difusão pretendendo o compartilhamento de elementos referenciais em comum fixados e legitimados na memória social estão sempre ligados a delimitações artificiais que, segundo Wolf e Cole (1974), nunca são estáticas e atemporais, mas sim, (re)construções simbólicas de totalidades e/ou homogeneidades por meio de processos sócio-históricos forjados em contextos e relações de interesse. Tal realidade implica, dentre outras coisas, na circulação de artefatos originados em contextos da “diferença” (re)significados de acordo com as demandas do projeto de configuração do caráter nacional brasileiro. Nesta conjuntura, encontra-se a apropriação e os usos de elementos da “cultura popular” importando, dessa maneira, refletir acerca de seus traços essenciais, distintivos e relacionais.

Considerando a complexidade e densidade inerentes aos conceitos de “cultura” e “popular”, o termo “cultura popular” encerra extrema polissemia, podendo aludir concepções e contextos heterogêneos, ambíguos e mesmo reducionistas. Tal realidade se torna patente ao tomarmos as próprias definições presentes na literatura nas quais a palavra “povo”, por exemplo, surge tanto no sentido de demarcação de uma totalidade de um território físico/geográfico, como podendo significar também uma referência à parte ou segmento determinado de uma dada sociedade na qual se excluem as elites – econômicas, financeiras, políticas e culturais – e as camadas dirigentes.

O termo “cultura”ⁱⁱ, da mesma maneira, no decorrer da história vem sendo marcado pela controvérsia, de forma que podemos citar, apenas a título de ilustração, a contradição presente entre as perspectivas da corrente “culturalista”, na qual cultura se refere a quase tudo construído através da intervenção humana – estando assim em oposição direta à ideia de natureza – e as concepções mais restritas, nas quais o termo sugere a

produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. (Canclini, 2003, p.29).

A inserção da “cultura popular” no contexto geral iluminista se apresentava de maneira ambígua e contraditória, sobretudo no que tange ao novo cenário político que se delineava diretamente ligado à questão da construção do patrimônio símbolo da soberania e força dos, ainda insipientes, Estados Nacionais. Na França e Inglaterra, por exemplo, o ideário da *Civilization* como expressão máxima de refinamento e superioridade intelectual de uma aristocracia hegemônica, não deixava espaço para a participação do “povo” e suas manifestações, nos processos de desenvolvimento e progresso nacional. Esta postura contribuiu, também, para uma concepção de “popular” na qual refere-se a tudo o que incide de um segmento social desprovido de atributos racionais basilares para lhes proporcionar capacidade de ação política.

Ao passo que no horizonte do Romantismo germânico, permeado pela perspectiva da *Kultur*, em sua postura contrária ao racionalismo iluminista e à ideia de *Civilization*, houve uma valorização das expressões populares, consideradas representações de valores morais e espirituais genuínos dos anseios e desejos da coletividade em geral. Segundo muitos pensadores desta corrente, tais como Herder, Rousseau e os irmãos Grimmⁱⁱⁱ, por exemplo, a “cultura popular” se encontraria perigosamente ameaçada pelas ações do processo civilizatório. Dessa maneira, a questão da (re)descoberta do “povo” e a restauração de suas manifestações ultrapassava os parâmetros meramente estéticos, dando conta de um projeto político-ideológico de contestação e resistência aos cânones da razão cientificista.

Em última análise, as apropriações das tradições populares operadas no contexto do Romantismo durante a virada do século XIX para o XX, marcariam uma nova mentalidade

responsável, segundo Burke (2010, p.50), pela própria invenção do conceito moderno de “cultura popular”. Sob a influência da perspectiva herderiana – similar ao que mais tarde seria a concepção de autores como Durkheim e Mauss sobre os processos de constituição do *ethos*^{iv} nacional – o debate sobre a cultura popular é impulsionado pela busca dos elementos essenciais de uma autêntica “cultura nacional”. J. G. Herder impõe uma crítica radical a todo tipo de concepção progressista e evolucionista do desenvolvimento histórico. De maneira que cada povo e sua cultura caminhariam na esteira da historicidade à mercê de contradições e descontinuidades que poderiam levá-los, em contextos diferentes, tanto à ascensão quanto ao declínio. Contrariamente às teorias racionalistas e positivistas que, em termos não só filosóficos, mas também políticos, afirmavam a “superioridade” das culturas europeias, a proposta herderiana abria um nicho para certo relativismo histórico no qual haveria espaço e também direitos para a participação das camadas populares nos processos sócio históricos de delineamento do caráter nacional (Ortiz, 1992, p.23).

Diante do exposto, é possível afirmar, assim como Martin-Barbero (1997, p.36), que durante o contexto de surgimento dos Estados Nacionais europeus a “cultura popular” por um lado, assumiu a propriedade de um dos subsídios básicos de constituição da unidade nacional – uma vez que através da apropriação, (re)definição e difusão de seus elementos se poderia projetar a constituição de uma memória na qual pudessem ser compartilhados símbolos de uma identidade. Contraditoriamente por outro lado, as expressões originadas no horizonte do que se entendia como popular, eram muitas vezes também encaradas como um empecilho ao ideal de coesão, uma vez que as diversas manifestações culturais existentes precisariam ser, de certa forma, homogeneizadas sob uma imagem una da nação.

No Brasil os estudos referentes à cultura popular iniciam-se em meados do século XIX vinculados às pretensões de delineamento da identidade nacional. Assim como ocorreu na Europa, as ambiguidades marcaram os esforços teóricos acerca do tema que se encontrava no meio de uma tensão entre tradição e modernidade. Com respaldo nos argumentos “raciológicos” a necessidade do contato com o povo e sua cultura – lugar do inculto, mas também, testemunhos da tradição – já era reconhecida desde os primeiros folcloristas como forma de mapeamento e registro de manifestações em via de desaparecimento por consequência do processo civilizatório^v. Tais argumentos encontraram na figura de Oliveira Vianna um dos seus maiores defensores e difusores. Durante toda sua trajetória intelectual, ocupou-se em refletir sobre o “caráter nacional brasileiro”, pautando-se em uma postura que expressava a interseção entre, o que hoje podemos chamar de discurso racista, e os mais rigorosos critérios científicos. A representatividade das questões raciais para o desenvolvimento de uma nação era tão significativa para Vianna (1934, p.51), que não se poderia negligenciar nem a qualidade, nem a quantidade dos elementos raciais que entram em sua composição, pois estes tinham um determinado impacto sobre os tipos de caráter e de inteligência predominantes num povo, sobre o ritmo de seu progresso e as expressões de sua cultura, política e de sua economia.

Ao passo que, de acordo com o pensamento racionalista vigente na época acreditava-se, até mesmo, na impossibilidade de coexistência entre manifestações consideradas “primitivas” e a civilização trazida pelos avanços da modernidade. Estabelece-se assim, “a existência de uma dicotomia estrutural da sociedade: de um lado, a elite – que promoveria o progresso – e de outro, o povo – representando a permanência das formas culturais” (Catenacci, 2001, p.31). Frente a este quadro, os “estudiosos estavam ao mesmo tempo diante da necessidade de salvar o que pertencia ao nosso passado, e o desejo de esquecê-lo” (ibid., p. 30).

Posteriormente a discussão acerca da “cultura popular” e sua inserção no debate sobre a identidade nacional brasileira sofre, segundo Ortiz (1994), um deslocamento da ideia de raça para a de cultura. Neste sentido, segmentos humanos como os mestiços, por exemplo, supostamente desprovidos de qualquer “vocalização civilizatória” – tão valorizada pelas intenções modernizadoras e definidoras na nação – começam a partir de então, a serem vistos de maneira positiva, considerados, como na obra de Gilberto Freyre^{vi} dentre outros, o nacional por excelência. Tal debate vem sendo conduzido até os dias

de hoje seguindo basicamente esta linha, dentro das especificidades histórico-contextuais referentes às mais diversas demandas e ideologias políticas, econômicas, culturais, científicas e sociais. Importa-nos aqui refletir sobre os usos e sentidos atribuídos às coleções contidas no interior dos espaços museológicos, enquanto insumo informacional para produção de discursos, a partir e acerca, da cultura popular implicando na formação de uma “memória da nação brasileira”.

3. Coleções como representações informacionais

Segundo Clifford (1994), uma coleção é sempre uma representação de formas diversificadas de subjetividade, e o ato de colecionar fundamentou, dentre outras práticas, o processo de valoração do ‘outro’^{vii} empreendido pelo ocidente moderno. Longe de serem ingênuas, neutras ou alheias às conjunturas históricas, as coleções representam um dos primeiros esforços de delineamento crítico da natureza, tanto física/biológica como social/cultural, e neste sentido, o ato de tomar posse de objetos advindos de contextos exteriores significa a apropriação de símbolos da alteridade. Diante desta perspectiva “o colecionador, a época e a forma de colecionamento têm importância crucial para a avaliação de uma coleção” (Ribeiro, 1989, p.33). As coleções mantidas sob a tutela de instituições como os museus, vinculadas à esfera política de constituição dos Estados Nacionais, operam função decisiva no processo de circunscrição de fronteiras simbólicas de pertencimento a uma nação.

Os objetos componentes de uma coleção museológica assumem, segundo afirma Maroevic (2000, p.6), características informacionais básicas capazes de dar ao museu os contornos necessários para influenciar institucionalmente nos processos de construção e interpretação de determinados aspectos da realidade social. Procurando abordar contextualmente e levando em conta seu caráter motivacional, toda ação de informação institucionalizada se orientaria segundo “práticas reguladoras” em um sentido instrumental, atendendo a demandas específicas de interesse. Considerando que tais ações tendem a elaborar consensualmente “significados sociais e disposições normativas capazes de orientar fluxos desejáveis de informação” (González de Gómez, 1990, p.120), suas construções e usos a partir da operacionalização de objetos em coleções museológicas remetem a ações intencionais no que tange aos quadros de configuração do patrimônio e da memória. Dessa maneira, tais ações de informação – enquanto recursos estratégicos que assumem papel central em diversos campos de interesse do poder estatal (Jardim, 1999, p.14) – operadas a partir de coleções presentes no interior das instituições museológicas, implicam diretamente na (re)produção de discursos de totalidade a partir do patrimônio reconhecido como representante da chamada cultura popular.

4. Museus, identidade e nação

Qualquer processo de construção de uma nação deve pressupor a elaboração de símbolos de pertencimento e vinculação, para tanto, a implementação de espaços públicos institucionalizados no qual sejam difundidos “códigos específicos de distinção entre um ‘nós’ coletivo e um ‘outro’ coletivo” (Eder, 2003, p.7) será fundamental para o delineamento de um *ethos* nacional balizado na superação da vontade individual pelos interesses de ordem coletiva. A ideia de “identidade coletiva” proporciona, neste sentido, um princípio de integração social no qual há uma dinâmica onde se definem as fronteiras de pertencimento e ao mesmo tempo de exclusão através da atribuição de valores a fenômenos e práticas culturais, classificando-os como representativos ou não de determinado grupo social.

A identidade é, assim, um discurso que classifica a realidade determinando o que está dentro e o que está fora da identidade e é mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica (Hall, 1997, p.8).

O advento da publicização dos museus ocorrido em finais do século XVIII, implicou na possibilidade de exibir amplamente coleções que pretendiam evidenciar as glórias e virtudes que legitimariam um ainda incipiente processo de estabelecimento dos Estados Nacionais europeus. Ao longo dos anos, grande número de instituições museológicas passaram a contribuir sobremodo na invenção e justificativa de discursos e tradições basilares para a criação de signos de identidade cultural e produção da memória social. A operacionalização de “bens culturais” classificados como Patrimônio – enquanto expressão da “solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, (...) um lugar de cumplicidade social” (Canclini, 1994, p.96) – é tomada neste sentido, em sua possibilidade de evocação do passado e estabelecimento de uma ligação direta com o presente e o futuro. Esta lógica vem garantindo no decorrer da Modernidade, os parâmetros simbólicos de continuidade da nação em sua historicidade^{viii}.

É preciso considerar, contudo, que os “discursos de identidade”, embora proponham essencialmente um fechamento homogêneo, se encontram sempre perturbados pela diferença e pela pluralidade, tornando possível inseri-los em um campo caracterizado pelas mais diversas disputas de poder. O estabelecimento de identidades através da classificação geral de fenômenos culturais heterogêneos, além de determinar os limites da inclusão e da exclusão afirma também, uma relação social^{ix} de poder entre o “eu” e o “outro”, ou seja, entre a identidade e a alteridade. Tendo em vista este quadro, é importante notar que a proliferação dos museus etnográficos se deu, segundo Stocking Jr (1985), em meio aos esforços de coleta e classificação de objetos representativos da diversidade das culturas humanas. Estes estudos – sempre com base em pressupostos evolucionistas – compuseram um arranjo hierárquico no qual se procurava demonstrar a “inferioridade” das ‘outras’ culturas por meio dos seus testemunhos materiais.

No Brasil, os primeiros museus são implantados no contexto da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e se consolidam institucionalmente no período entre 1870 e 1930 – considerado a “era dos museus brasileiros” (Schwarcz, 1989). Estes são Museus de História Natural que acompanharam a tendência europeia de instauração de instituições de caráter científico, com bases no naturalismo, positivismo e evolucionismo, objetivando a preservação e divulgação de conhecimentos e testemunhos de “etapas superadas” no processo de evolução humana. Tais instituições museológicas foram responsáveis, segundo Schwartzman, (1979, p.56), pela reelaboração e adaptação destas perspectivas científicas ao contexto brasileiro e as suas demandas – sobretudo no que tange aos aspectos de delineamento da nação e seus traços identitários.

Embora desde o Império as instituições museológicas ocupassem lugar privilegiado no desenvolvimento e na produção científica do país, será durante a República que contribuirão efetivamente na formulação do pensamento social brasileiro. A busca pelos traços característicos da “brasilidade” marcou as operações informacionais museológicas voltadas à construção de narrativas acerca da nação, a partir da patrimonialização de objetos que expressariam nossa identidade, fundamental na produção de uma memória social unificada.

No decorrer da história são inúmeros os exemplos de disputas de interesses diversos que se desenvolveram alicerçadas em parâmetros de apropriação e legitimação por via da memória social. Considerada por muitos como uma das mais consistentes balizas para a dominação e o poder, a memória vem se constituindo em campo privilegiado para o estabelecimento de premissas que sustentariam o caráter nacional e seus traços característicos fundamentais. As tradições populares encontrar-se-iam inseridas neste contexto de “invenção de tradições”, que ao mesmo tempo em que ocultaria contradições e conflitos, produziria também uma imagem harmônica e homogênea da sociedade (Silva, 1992, p.17). Desta forma se encontraria solidificada a nação, em símbolos de unidade tanto política como cultural.

5. Considerações finais

A análise dos fenômenos acima descritos tangenciando as perspectivas de definição e apropriação dos quadros de constituição da memória social empreendidas segundo parâmetros institucionais/museológicos de “colecionalização”^x da cultura popular, nos permite compreender estratégias contextuais de invenção^{xi} e significação de um determinado “tipo” característico desta “comunidade imaginada”^{xii} chamada nação brasileira. Sob a chancela do rótulo de patrimônio integrante de uma coleção sob os cuidados de um espaço público – o museu – aos objetos advindos de contextos do “popular” cabem desempenhar a função de evidenciar sentidos e significados que demonstram e validam expressões e interesses na construção da ideia de nação.

Desde o século XIX na Europa, encontram-se presentes processos visando o delineamento de aspectos característicos das tradições e traços identitários inseridos nos projetos de construção dos Estados Nacionais. Neste contexto, é possível notar um movimento de “resgate” e (re)valorização dos saberes e produções das chamadas culturas populares, intensificado com maior vigor durante o Romantismo. No Brasil, o debate acerca da definição dos contornos da nacionalidade inicia-se a partir da segunda metade do século XIX, respaldado em primeira instância, nas novas perspectivas científicas que advinham do estrangeiro, fundamentadas nas teorias raciológicas e evolucionistas. O alicerce teórico para tal discussão é deslocado, posteriormente e de maneira gradual, para outra direção na qual o foco principal seria a questão do “popular” e sua cultura.

Impõe-se assim, a necessidade de elaborar representações que além de sugerirem um sentimento de pertencimento com os pressupostos simbólicos que definiriam o que é “Brasil” e o que é ser “brasileiro”, devem estabelecer também, uma memória social na qual sustenta-se o projeto de construção de uma nação “civilizada” aos moldes e padrões da modernidade ocidental. É possível destacar nesta empreitada, o papel fundamental de determinadas apropriações e modos de usar registros materiais e discursos advindos de contextos do “popular”, atribuindo-lhes significados que respaldassem tal “expressão nacional” (Chartier, 1995, p.184). Cabe ressaltar aqui que o “povo” e sua cultura são assimilados, ao longo deste processo, de maneiras diversas e paradoxais de acordo com as necessidades impostas pelo contexto político-ideológico, ao passo que, assim como podem ser considerados a expressão do atraso, apareceram também como detentores de saberes e vocações que compõem a essência da identidade nacional.

O processo de retirada de um artefato de um contexto qualquer o agregando ao escopo de uma coleção museológica, representa uma ação humana intencional de inserção de elementos materiais selecionados para dar sustentação às construções informacionais destinadas à produção de narrativas a partir de um espaço institucional e a serviço de suas demandas específicas. Considerando, assim como González de Gómez (2002, p.27), as condições motivadoras de práticas de geração e transferência de informação inseridas em conjunturas institucionais de interesse, há um “metacapital”^{xiii} estatal fundamental para assegurar o êxito de certas iniciativas em diversos níveis de atividades sociais. Atuando na esfera cultural, os museus e suas coleções, estão assim, também sob o jugo deste capital informacional, situando suas práticas de operacionalização do artefato – ou do ‘objeto’, como se costuma referenciar na esfera museológica – imersas no contexto político de interesses do Estado.

As políticas que norteiam a constituição e a difusão da informação presente nas coleções constituintes dos principais museus brasileiros procuram correlacionar, com base no arcabouço do conhecimento científico moderno, a esfera cultural à postulada missão de esquadramento dos “tipos” e “atitudes” genuinamente brasileiros. Esta postura ao mesmo tempo em que objetiva a redefinição das representações nacionais, denota uma tomada de responsabilidade por parte do Estado na tentativa de guiar o “povo” na marcha rumo ao “progresso”. Ao assumir – com respaldo, sobretudo no pensamento Modernista^{xiv} – que a “verdadeira cultura nacional” deveria ter por base suas “raízes”, as manifestações ditas populares passam a ser sobremodo valorizadas devendo ser então incorporadas

ao arranjo integrador característico do “projeto nacional” (Gomes, 1982). A categoria “cultura popular” imersa no horizonte discursivo/informacional das coleções museológicas qualifica-se, dessa maneira, como um dos alicerces de sustentação de interesses sociopolíticos voltados para as representações da ideia de “nação”.

Referências

Anderson, B. (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Burke, P. (2010). *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.

Canclini, N. G. (1994). O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23, 95-115.

Canclini, N. G.. (2003). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.

Catenacci, V. (2001). Cultura Popular: entre a tradição e a transformação. *São Paulo em Perspectiva*, 15, 28-35.

Chartier, R. (1995). Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, 16.

Clifford, J. (1994). Colecionando arte e cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23, 69-89.

Eder, K. (2003). Identidades Coletivas e Mobilização de Identidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 53, 5-19.

Fabian, J. (1983). *Time and the Other: how Anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.

Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Gonçalves, J. R. (1988). Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, 2, 261-275.

González de Gómez, M. N. (1990). O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, 12, 117-122.

González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, 31.

Hall, S. (1997). *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

- Hobsbawm, E. & Ranger, T (Eds.). (1984). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jardim, J. M. (1999). *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EDUFF.
- Küng, H. (1997). *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Maroevic, I. (2000). Museology as a field of knowledge. *Study Series 8*, pp. 5-7.
- Martin-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Oliveira Vianna, F. J. (1934). *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ortiz, R. (1992). *Românticos e Folcloristas*. Cultura Popular. São Paulo: Olho d'Água.
- Ortiz, R. (1994). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Ribeiro, B. (1989). Museu e Memória. Reflexões sobre o colecionamento. *Ciência em Museus*, Belém, 1, 109-22.
- Romero, S. (1954). *Folclore brasileiro – contos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora.
- Schwarcz, L. M. (1989). O Nascimento dos museus brasileiros 1870-1910. En S. Miceli S. (Ed.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp.
- Schwartzman, S. (1979). *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos.
- Silva, O. B. da. (1992). Memória, Preservação e Tradições Populares. En São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH.
- Stocking Jr., G. W. (1985). *Objects and Others: essays on museums and material culture*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Wagner, R. (1981). *The Invention of Culture*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Wolf, E. R. & Cole, J. W. (1974). *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*. Nova Iorque: Academic Press.

ⁱ Hobsbawm (1984, p.9) define “tradição inventada” como, “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”.

ⁱⁱ Reconhecemos aqui a complexidade e a multiplicidade de caminhos teóricos possíveis a serem adotados nas reflexões acerca do conceito de “cultura”, todavia, não é nossa intenção neste momento aprofundar nesta discussão, mas apenas deixar bem marcada a “aspereza” do terreno no qual se encontram algumas das categorias-chave deste estudo.

ⁱⁱⁱ Ver Herder - *Critical Forests, or Reflections on the Science and Art of the Beautiful* (1769); Rousseau - *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*; Terry Gilliam - *The Brothers Grimm*.

^{iv} O conceito de *ethos* utilizado aqui pode ser entendido, de acordo com Kung (2000, p.188-189), como a “universalização de um consenso básico referente aos valores vinculantes, às normas inalteráveis e às atitudes pessoais básicas, consenso sem o qual toda sociedade, mais cedo ou mais tarde, passa a estar ameaçada”.

^v Segundo o pensamento científico corrente naquele período – e o caso de Silvio Romero (1954) é exemplar – “raças” consideradas selvagens e/ou primitivas tendiam à extinção como consequência da mestiçagem, que por sua vez, representava uma etapa no processo de “branqueamento” vindo a constituir no futuro “a verdadeira raça brasileira”.

^{vi} Ver na obra de Freyre *Casa Grande & Senzala* (1933); *Assombrações do Recife Velho* (1955); *Sobrados e Mucambos* (1936).

^{vii} No que se refere às especificidades de tal categoria, é relevante a perspectiva de Fabian (1983) na qual é apresentada análise das múltiplas possibilidades de representações do ‘outro’, no sentido de deixar clara a sua manipulação de acordo com os contextos e suas particularidades.

^{viii} É importante destacar a que a própria noção de memória social e seus conteúdos referentes a fatos e fenômenos do passado, enquanto elemento fundamental nos processos de construção de identidades coletivas deve ser entendida “como uma invenção moderna e que data de fins do século XVIII” (Gonçalves, 1988, p.267).

^{ix} Na argumentação de Bourdieu (1989, p.8) acerca dos “sistemas simbólicos”, nota-se que desde Durkheim não é mais possível conceber qualquer classificação como “universal” ou “transcendente”, mas sempre “formas sociais (...), arbitrárias (...) e socialmente determinadas”.

^x Tal neologismo é baseado na argumentação de Geertz (1989, p.39) sobre a impossibilidade de qualquer “análise cultural” abarcar por completo e objetivamente a complexidade dos fenômenos aí envolvidos. De maneira que o autor aponta que uma das tentativas mais comuns de se fugir disso é transformando a cultura em algo colecionável, classificável, contável, dentre outros.

^{xi} A palavra “invenção” é utilizada aqui no sentido expresso por Roy Wagner (1981) no qual é necessário contextualizar e compreender os constantes processos, sempre inacabados, em relação à formação de identidades culturais e suas representações.

^{xii} Este termo, criado a partir do prisma antropológico de Benedict Anderson (1991), refere-se à definição de nação enquanto fenômeno que – dentre outras características – assenta seus alicerces fundamentalmente em pressupostos de fraternidade profunda e horizontalidade nas relações entre seus elementos componentes.

^{xiii} Composto, na visão da autora, pelo acúmulo de excedentes de conhecimento e informação, aliados ao capital físico e econômico.

^{xiv} Ver: Andrade, M. *Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*.